

Sob o ponto de vista cronológico, vários autores são unânimes em afirmar que este tipo poderá ter sido posterior ao séc. IV a. C..

Observa ainda Schüle (12) que no norte são frequentes em Povoados que demonstraram ter tido uma ocupação no período romano. Também o Povoadado de S. Martinho, local de onde provém a peça aqui em estudo, foi fortemente influenciado pela romanização (13).

MANUEL LEITÃO

Do Centro de Estudos Epigráficos da Peira.
Sócio Efectivo da SPAE

Alusão a louça comprada em Melides em 1712

A olaria constitui uma actividade tradicional da aldeia de Melides (e seus arredores), sede da freguesia do mesmo nome, outrora pertencente ao concelho de Santiago do Cacém e, no presente, ao de Grândola (1). Não obstante ser na região voz corrente que esta indústria nela se encontra desde tempos antigos, tal não foi ainda comprovado documentalmente.

Devemos assinalar que a evolução da produção barrista melidense — de que a elaboração actual e as peças depositadas em colecções, quer públicas, quer privadas, oferecem apenas uma pálida e incompleta imagem — está, na sua quase totalidade, por historiar. A bibliografia local a que se tem acesso é muito reduzida, ascendendo ao último vinténio do século XVIII, em data não distante de 1800, com as parcas referências que fez a seu respeito o primeiro monógrafo de Santiago do Cacém, Padre Frei Bernardo Falcão Murzello, no tomo manuscrito das *Memórias sobre a Antiga Miróbriga* (2), dados que foram reproduzidos praticamente na íntegra por um outro sacerdote investigador da zona, António de Macedo e Silva (3).

No âmbito das pesquisas que efectuamos sobre a cerâmica popular do Baixo Alentejo, temos intentado examinar as diferentes fontes documentais que podem fornecer elementos para o conhecimento do passado do núcleo oleiro de Melides. Entre os registos das instituições e corporações locais e regionais, percorremos os que correspondem às confrarias de carácter religioso e assistencial, como é o caso das

(12) Wilhelm Schüle, *Las más antiguas fibulas...*, p. 150.

(13) Cf. nota 5.

(1) A freguesia de Melides dependeu do concelho de Santiago do Cacém até 24 de Outubro de 1855, data em que passou para o de Grândola. Voltou a ser incorporada em Santiago do Cacém de 22 de Dezembro de 1870 a 26 de Setembro de 1895.

(2) BERNARDO FALCÃO, *Memórias sobre a Antiga Miróbriga*, ms., s./d. (Santiago do Cacém, Biblioteca da Família Arraes Falcão Beja da Costa, s./n.), fl. n. n.

(3) ANTONIO DE MACEDO E SILVA, *Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem [...]*, Beja, 1866, p. 130; *ibid.*, 2.ª ed., Lisboa, 1869, p. 70.

Misericórdias. Este trabalho levou-nos a encontrar, em papéis procedentes de uma das irmandades referidas, a informação que adiante se transcreve e que, por ser a mais antiga que alcançámos acerca de peças fabricadas no referido centro, aqui desejamos arquivar.

*
* *
*

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém recebeu, aquando da sua fundação — ocorrida em época próxima a 1499, se não neste mesmo ano —, os imóveis e rendimentos da igreja e do hospital do Espírito Santo sitos na mesma vila, mediante a obrigação de manter as respectivas actividades. No conjunto destas, destacava-se, de modo particular, a da celebração da festividade do Divino Espírito Santo, realizada solenemente, no dia de Pentecostes e primeira oitava, com a eleição e coroação de uma Imperatriz e a oferta de um abundante bodo aos festeiros e pobres do concelho e vizinhanças ⁽⁴⁾. Até ao último quartel do século XIX, a Misericórdia continuou ambas as cerimónias com todo o brilho possível, confiando-se, em respeito da tradição, a sua organização e supervisão a um mesário da Confraria de principal condição, o qual era designado em especial para o efeito e conhecido pela denominação de *mordomo do Espírito Santo*.

A realização do bodo público exigia, como é próprio de comemorações muito concorridas, uma considerável quantidade de louça, tanto para a feitura da comida como para a sua distribuição e consumo. Segundo averiguámos na documentação da Santa Casa, costumava-se adquirir, em cada ano, a totalidade, ou pouco menos, dos recipientes necessários para tal, sendo estes revendidos depois da função. De Pentecostes em Pentecostes, portanto, não se verificavam excedentes ou, então, eram muito reduzidos.

Os livros de despesas da Irmandade possuem registos das verbas que foram reservadas para a aquisição de objectos cerâmicos e especificam igualmente, em numerosos casos, o custo do respectivo transporte, os tipos de peças compradas e o seu preço. A indicação da localidade de origem, porém, só se encontrou, até agora, num dos assentos.

O texto de que fazemos menção consta de uma das rubricas do título dos dispêndios com a festa e bodo do ano de 1712, servindo como mordomo o irmão Estevão Falcão Murzello. Nele se lê o seguinte:

«Dispendeu Com o carroto de hua carrada de louça
que / Uejo de Melides noucentos & secenta / reis — 960 [.]

Nam se lança o custo da louça por / se uemder depois
de seruir & impor/tar o mesmo que custou» ⁽⁵⁾.

⁽⁴⁾ Cfr. BERNARDO FALCÃO, *op. cit.*, fl. n. n.; ANTONIO DE MACEDO E SILVA, *op. cit.*, pp. 95-98; 2.^a ed., p. 58.

⁽⁵⁾ Santiago do Cacém, Arquivo Histórico da Real Sociedade Arqueológica Lusitana, Fundos de Instituições Religiosas de Santiago do Cacém, Cód. $\frac{\text{DEP}}{\text{SCM}}$ — 8, «LIVRO / que a de Seruir da despeza dos / Thezoueiros da Sancta Caza da Mizericordia desta / Villa de Sam Tiago de Cassem, que prencipia / este Anno de 1687 (*)», fl. 222 v.º. (*) Palavra sublinhada no original.

Estas linhas formam, como se disse, a primeira referência temporal de que temos notícia no concernente à cerâmica de Melides. A simplicidade da informação justifica-se pelo facto acima apontado: tendo a louça sido revendida pelo preço de aquisição, o tesoureiro da Santa Casa não se preocupou com a anotação de mais elementos, além do sítio de proveniência e do valor da deslocação.

Apesar da documentação da Misericórdia nada adiantar a propósito das quantidades de louça compradas em cada ano pela Irmandade para os festejos do Espírito Santo, é de admitir a hipótese de que estas fossem, em grande parte, oriundas de Melides, povoado que funcionou como um importante núcleo abastecedor de tal produto, designadamente para quase todo a área compreendida na comarca de Campo de Ourique. Importa salientar, por outro lado, que, a ajuizar pelos testemunhos mais tardios de Bernardo Falcão ⁽⁶⁾ e António de Macedo e Silva ⁽⁷⁾, as obras saídas deste centro oleiro caracterizavam-se por serem, nos períodos em que eles escreveram, de qualidade grosseira, sem que disponhamos por enquanto de esclarecimentos precisos que possamos adiantar sobre as suas particularidades.

JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO

Sócio Efectivo da Sociedade Portuguesa
de Antropologia e Etnologia

Real Sociedade Arqueológica Lusitana
7540 Santiago do Cacém

O Cante Alentejano

Há, no Baixo-Alentejo, um cante tradicional e específico daquela região, que se chama cante alentejano.

O que é o cante alentejano?

O cante alentejano é uma polifonia simples, a duas vozes paralelas, à terceira superior. Como polifonia, situamo-la na época em que esta tinha o principal lugar na música, toda ela vocal, a que se deu o nome de *Milénio vocal*, uma polifonia sem instrumentos.

O cante alentejano é composto de modas, nas quais sobressaem, em algumas delas, dois sistemas musicais, inteiramente distintos: o sistema modal, em uso durante toda a Idade Média, e o sistema tonal, já fruto do Renascimento. O sistema modal grego, adaptado e modificado por S. Gregório, era composto dos modos Dórico, Frígio, Lídio, Mixolídio e Eólio. Os modos gregos tinham também sete notas, cujos tons variavam na escala, ao contrário das nossas escalas, cujas melodias giram em volta da tónica ou da superdominante, segundo o tom é maior ou menor.

⁽⁶⁾ V. n. (2).

⁽⁷⁾ V. n. (3).